



Ata da audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 9/2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências, realizada em 2 de junho de 2020.

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, após o término da sessão ordinária, foi realizada audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 9/2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências. Os convites para esta audiência foram publicados no "Jornal Oficial do Município" nas edições nº 1182 a 1185 do Jornal Oficial do Município, dos dias 13, 15, 20 e 22 de maio de 2020. Estiveram presentes as pessoas indicadas na lista de presença. Abrindo a audiência, o representante da Prefeitura, Renato Mascarin, disse que trabalhar com elaboração de peça de planejamento é muito difícil, pois a situação do país e do mundo ficou difícil com a pandemia; que o Relatório Focus do Banco Central estabeleceu há quatro meses uma queda de 3,7% no PIB e hoje a estimativa é de 6,25%, sendo que cada 1% de queda do PIB do país representa R\$ 73 bilhões, refletindo numa queda de mais de R\$ 430 bilhões, acarretando queda na arrecadação municipal. Disse que a previsão de receita quando foi aprovada a LOA-2020 era de R\$ 152 milhões de receita corrente, tendo que mudar para R\$ 148 milhões; que no mês de abril se fechou com uma queda de R\$ 1 milhão refletindo no ICMS e ISS; disse que a receita foi reestimada em R\$ 163 milhões, com previsão anterior de R\$ 172 milhões, refletindo na projeção para o ano que vem. Disse que está se prevendo para 2021 uma arrecadação de R\$ 156 milhões, ou seja, R\$ 7 milhões a menos do que estava previsto para 2020, com uma queda de 4,5% em relação ao previsto, o que faz que tenhamos que negociar a manutenção dos serviços do Executivo; que a previsão dos gastos deve ser equilibrada e deverá ser reduzida a previsão de gastos com pessoal, que deverá ficar em 2021 em R\$ 140,150 milhões; com relação a outras despesas, que envolve contratos e repasse ao terceiro setor a previsão é continuar com o mesmo patamar de 2020 e os investimentos devem ficar em R\$ 14 milhões, com uma despesa de R\$ 156 milhões, para que os contratos sejam negociados; que a peça orçamentária será utilizada na próxima gestão e durante a execução pode haver mudanças; que até setembro, quando a proposta da LOA chegar à Câmara, toda a previsão pode mudar. Mostrou tabela com as previsões para as áreas: Secretaria Municipal de Saúde, R\$ 36 milhões; Educação, R\$ 40,4 milhões; Mulher e Desenvolvimento Social, R\$ 6,35 milhões; Obras e Planejamento, R\$ 7 milhões; Desenvolvimento Sustentável, R\$ 1,22 milhão; Governo e Segurança Pública, R\$ 11 milhões; Procuradoria Geral do Município, R\$ 420 mil; Finanças e Orçamento, R\$ 8,6 milhões; Administração, R\$ 3,4 milhões; Justiça e Cidadania, R\$ 3,6 milhões; Cultura, R\$ 3,6 milhões; Esporte e Lazer, R\$ 3,3 milhões; Meio Ambiente, R\$ 1,15 milhões; Serviços Públicos, R\$ 16,2 milhões, Gabinete do Prefeito, R\$ 2,1 milhões, Fundo Social de Solidariedade, R\$ 20 mil; Poder Legislativo, R\$ 5,13 milhões e SAAE, R\$ 6,4 milhões. Disse que os investimentos previstos para o ano que vem são a segunda etapa da reforma do hospital, com R\$ 2,5 milhões; uma creche que temos um recurso federal desde 2011, no valor de R\$ 1 milhão, com a contrapartida da Prefeitura de R\$ 500 mil, o prolongamento da Avenida Presidente Vargas, com R\$ 1,5 milhão; a construção da represa, com recursos do Tesouro de R\$ 3 milhões, o Programa Meu Pedacinho de Chão, que não conseguiu ser executado neste ano, com R\$ 3 milhões; a reforma de espaços esportivos, com R\$ 500 mil e a pavimentação e recapeamento de vias públicas, com R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 12 milhões. Aberto para questionamentos, Anderson Hespanhol disse que foi aprovado pela Casa o não pagamento de diversas despesas no valor de



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



R\$ 10 milhões que serão pagas em 24 meses, perguntando que a despesas com pessoal está no limite e será feito corte em comissionados, sendo respondido que o percentual não atingiu o limite de alerta e está com 47% no primeiro quadrimestre, mas o gasto com pessoal em relação à arrecadação é um montante muito grande, por isso está previsto o gasto de R\$ 63 milhões, exigindo a redução nos cargos comissionados, e está se avaliando a proposta do "orçamento de guerra" se vai ser acatado todos os itens da MP para receber R\$ 3 milhões, e um deles envolve a despesa com pessoal. Disse que existe a flexibilidade para que cada município se manifeste com relação a esta Medida Provisória, mas para dar o reajuste no IPCA terá que ser feito um enxugamento nos cargos comissionados, sendo que o Banco Central está estimando o índice em 1,6% para 2021 ou até menos. Anderson Hespanhol questionou sobre as emendas impositivas, sendo respondido pelo representante da Prefeitura que elas continuam do mesmo jeito, 1,2% da Receita Corrente Líquida, que está em torno de R\$ 152 milhões. Disse que está preocupado com a retração muito grande nos investimentos, uma queda muito drástica que houve em todos os setores. Disse que fez um requerimento sobre a queda das receitas, sendo respondido que o ISS caiu devido ao prazo dado pela Prefeitura e como caiu a movimentação de veículos devido ao isolamento social, na praça de pedágio da Rodovia Anhanguera entre Cordeirópolis e Limeira, houve queda de arrecadação de R\$ 500 mil em abril e maio; com relação à Nestlé, devido ao isolamento, as pessoas começaram a ficar em casa e o consumo de produtos da empresa aumentou, e também o seu faturamento, mas o bolo geral do Estado diminuiu e o repasse também. Renato Mascarin disse que ainda bem que existe a Nestlé no município, pois os outros municípios estão sofrendo com a queda na arrecadação de ICMS. Renato Mascarin pediu para que se verifique o Portal da Transparência do município para acompanhamento da receita e recebimento dos recursos dos governos federal e estadual referente ao Covid-19, com empenhos e itens adquiridos, comparando a receita de 2019 e 2020, onde se percebe esta queda; que já foi aprovado o parcelamento de INSS, PASEP e outras despesas; não foi recolhida a parte patronal por dois meses, e quando foi proposto o parcelamento se transforma em dívida consolidada, que o município assume junto ao ente federativo, o que será comunicado posteriormente. Cássia de Moraes agradeceu a presença do representante da Prefeitura e questionou sobre a dívida de INSS, dizendo se cai o percentual do funcionário, sendo respondido que a despesa tem que ser liquidada e entra no percentual, mas mesmo assim estamos abaixo do limite de alerta; que o percentual está de acordo com a Receita Corrente Líquida e se ela cair, ele aumenta, mas o que tem ajudado é a redução realizada nos exercícios anteriores; que o Tribunal de Contas disse que não vai analisar a situação em função da pandemia, mas no futuro isso pode dar apontamento pela fiscalização. Renato Mascarin, representante da Prefeitura, disse que está à disposição para informações, lembrando que os anexos foram passados a diversos vereadores e à Diretoria Geral. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a audiência, da qual foi feita esta ata por mim, Paulo César Tamiazo,

Analista Legislativo.

Cássia de Moraes
Presidente